

O AVANÇO DO ESTADO DE ALAGOAS NO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: as mudanças do cenário educacional dos nonos anos

Roseane Ferreira Vasconcelos*

RESUMO

Este artigo buscará analisar a melhoria dos resultados do estado de Alagoas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e entender os motivos para Alagoas ter apresentado uma melhora na qualidade da sua educação nas edições de 2015, 2017 e 2019 do IDEB. O estado de Alagoas obteve um crescimento no índice de Educação Básica, IDEB, saindo da pior nota do país, em 2011 e 2013, para um crescimento que o levou a se tornar o segundo estado com maior aumento do índice IDEB nas edições seguintes. A partir disso pretendemos apresentar os dados de Alagoas e possíveis mudanças nas políticas públicas que podem ter contribuído para essa melhora. Para isso o enfoque será nos dados educacionais e os desdobramentos realizados pela Secretaria de Estado da Educação. Além disso, olharemos as formas como os agentes educacionais abordam os seus trabalhos, e entender como todas essas alterações podem ter levado a melhora do índice educacional do estado.

Palavras-chave: IDEB. Alagoas. Políticas públicas.

ABSTRACT

This article will analyze the improvement in the results of the state of Alagoas in the Basic Education Development Index and understand the reasons why Alagoas has shown an improvement in the quality of its education in the 2015, 2017 and 2019 editions of IDEB. The state of Alagoas had a growth in the Basic Education index, IDEB, leaving the worst score in the country, in 2011 and 2013, for a growth that led it to become the second state with the highest increase in the IDEB index in the following editions. From this we intend to present data from Alagoas and possible changes in public policies that may have contributed to this improvement. For this, the focus will be on educational data and the developments carried out by the State Department of Education. In addition, we will look at the ways in which educational agents approach their work, and understand how all these changes may have led to an improvement in the state's educational index.

Keywords: IDEB 1. Alagoas 2. Publics Politics 3.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas que envolvem a avaliação externa das redes de ensino do Brasil começaram a ser implementadas a partir de 1990. Em um primeiro momento essas avaliações tiveram o intuito de verificar as questões de acesso e qualidade educacional para a verificação das características nacionais brasileiras. Essa questão encontra respaldo na necessidade de acompanhamento da educação brasileira, prescrita pela garantia constitucional do direito a uma educação de qualidade. Até 1990 não existiam meios de

* Superintendente da Rede Estadual de Ensino. Secretaria de Estado da Educação de Alagoas. E-mail: roseanecosta2005@gmail.com

avaliar a educação no país num âmbito geral, portanto, a partir de tal ano o Ministério da Educação criou o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB), para suprir essa demanda. Por meio do SAEB, tornou-se possível avaliar a educação brasileira, além das possibilidades de analisar tanto os possíveis gargalos no processo educacional, como a evolução das políticas públicas criadas pelos governos. As avaliações externas sofreram várias mudanças com o passar dos anos, como a inserção da Teoria da Resposta ao Item (TRI), a criação de matrizes de referências, e em 2007, a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), este sendo o foco do trabalho aqui desenvolvido. (INEP, 2020a).

O IDEB foi criado em 2007 pelo INEP como forma de unir os dados do Censo Escolar com o resultado do Sistema de Avaliação do Ensino Básico, com a finalidade de oferecer um acompanhamento das metas da educação brasileira. Atualmente o índice é utilizado como o principal norteador das políticas públicas educacionais do país (INEP, 2020a).

A partir dessas questões sobre a qualidade educacional e as possibilidades advindas com a aplicação das avaliações externas e os dados do IDEB notamos que a educação alagoana apresentou, por duas edições consecutivas do índice, um dos piores resultados do país, posicionando-se em último no ranking dos Estados nos anos de 2011 e 2013, para a categoria de 9º ano do ensino fundamental (INEP, 2020b). Porém, nas edições 2015, 2017 e 2019, o estado apresentou uma melhora significativa e tornou-se, em 2019, um dos estados com maiores avanços no IDEB (INEP, 2020b).¹

A melhora do índice e seus indicadores, fluxo e desempenho, pode ter como um de seus motivos a implementação de diversas políticas educacionais, entre elas o programa Escola 10, que teve seus primórdios em 2015, com a portaria de número 4948/2015 da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), e foi finalmente instituído como lei em 2018, após a promulgação da lei 8.048/2018 (SEDUC, 2015)(ALAGOAS 2018). O Escola 10 foca em melhorar vários pilares da educação, por meio da implementação de formações continuadas de professores, do Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas (SAVEAL), e de um regime de colaboração entre o governo do Estado e as prefeituras municipais com objetivo de melhorar os índices educacionais dos municípios (ALAGOAS, 2018). O programa também instituiu, por meio da lei 8224/2019, incentivos financeiros aos profissionais que trabalham nas escolas que atingirem as notas do IDEB (ALAGOAS, 2019).

Anteriormente ao Escola 10, o estado de Alagoas oferecia pouco apoio pedagógico para os seus professores e não oferecia incentivos financeiros, fatos que podem levar a uma falta de engajamento dos profissionais e, por consequência, diminuição o índice do IDEB (BONAMINO; SOUSA, 2012). Esses tipos de ações já foram colocadas à prova e se mostraram eficazes em estados como Ceará e Pernambuco (FURTADO e SOARES, 2018) (BROOKE e CUNHA, 2011).

A partir dessas preocupações o objetivo deste estudo é analisar a variação positiva dos resultados do IDEB no estado de Alagoas, entre os anos de 2015 e 2019, a fim de entender o motivo dessa melhora, tendo como hipótese a implantação do programa Escola 10 e seus pilares: integração entre redes de ensino; formação continuada de professores; bonificações por desempenho. A necessária contínua observação da eficácia das políticas públicas feitas pelos governos, a existência de estudos desse tipo em outros estados e a inexistência deles no âmbito do estado de Alagoas torna importante fazer essa comparação e tentar descobrir os motivos da melhora, para que a sociedade possa acompanhar o trabalho que é feito pelos governantes e para que abra a possibilidade da aplicação de diretrizes parecidas em outros Estados, a fim de alavancar a educação do país como um todo (BONAMINO e SOUZA, 2012).

¹ O Estado de Alagoas tem em sua rede pública de ensino 2481 escolas e atende a cerca de 500 mil alunos (LEMANN, 2020).

Como o programa Escola 10 foca seus trabalhos na melhoria de proficiências como a taxa de aprovação, taxa de distorção idade-série e o IDEB, esses foram os dados escolhidos para a análise comparativa (ALAGOAS, 2018). Os dados foram obtidos por meio do Censo Escolar e do IDEB, disponibilizados pelo INEP. (INEP, 2020b) Este trabalho focará apenas nas categorias dos 9º anos do ensino fundamental, onde será feita uma análise de dados secundários, a fim de comparar a evolução das proficiências no espaço temporal de 2011 a 2019 e tentar justificá-las por meio de documentos oficiais da Secretaria de Educação.

Este trabalho irá focar nos dados dos 9 anos do ensino fundamental, os chamados anos finais, dado que o desempenho de um aluno no último ano do ensino fundamental está ligado com o seu desempenho nos anos anteriores, logo, ao avaliar o desempenho dos alunos dos 9 anos, pode-se aferir o desempenho contínuo das séries anteriores. Serão abordados os seguintes dados, envolvendo tanto o fluxo escolar quanto o desempenho em avaliações externas, já que ambos servem como indicadores da qualidade da educação e servem como base para calcular o IDEB: taxa de aprovação; taxa de distorção idade-série; nota SAEB e as proficiências em matemática e língua portuguesa; o índice IDEB. Os dados foram obtidos por meio do site do INEP e do site QEDU. (INEP, 2020a) (QEDU, 2020)

Para a escrita deste artigo, dividimos o mesmo em 3 partes. A primeira parte focará na apresentação dos dados das proficiências e a sua evolução, a segunda parte focará no programa Escola 10, onde a política pública será detalhada, e a terceira parte focará na hipótese da possível correlação entre a melhora nos índices e a implementação da política, já que ambas aconteceram no mesmo período de tempo.

2 OS DADOS EDUCACIONAIS DO ESTADO DE ALAGOAS

O Estado de Alagoas tem uma população de 3 milhões de habitantes, com renda per capita de R\$731, e média do Indicador de Nível Socio Econômico (INSE) na rede estadual de educação de 42,9. (IBGE, 2020) (INEP, 2020b) A rede de educação pública do estado tem 2481 escolas, atendendo a cerca de 500 mil alunos. Sendo delas 310 pertencentes a rede estadual, controlada pela Secretaria de Estado da Educação, atendendo a mais de 180 mil alunos, sendo 10.175 deles nos 9º anos. (QEDU, 2020).

Alagoas tem o histórico de ser um dos estados com um dos piores índices de IDEB entre os estados do Brasil, obtendo o pior resultado por duas edições seguidas, 2011 e 2013, refletindo, possivelmente, uma falta de um planejamento e de políticas públicas mais eficientes. Pretende-se apresentar os dados históricos da educação de Alagoas, no espaço temporal de 2011 a 2019, período no qual o estado saiu das últimas posições do ranking nacional de educação e passou a ser o segundo estado que mais atingiu as metas de qualidade da educação. Com isso, espera-se um melhor entendimento do contexto onde a educação alagoana está inserida. (INEP, 2020a)

Para a composição do IDEB é levada em conta a taxa de aprovação que está relacionada a quantidade de alunos que, ao atenderem aos requisitos mínimos de desempenho escolar e frequência nas aulas, progredem de série. Ela é calculada pela razão entre a quantidade de alunos aprovados e a quantidade de alunos matriculados, portanto, é importante um índice de aprovação alto, para que a porcentagem de evasão e de reprovação sejam baixas.

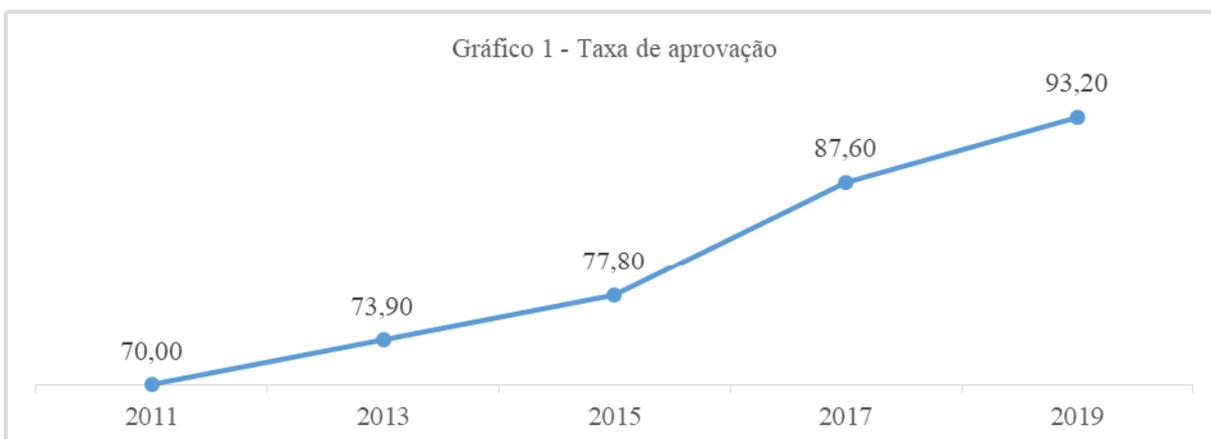
Uma alta quantidade de aprovados também se torna importante dado o antigo modelo que existia na metodologia pedagógica do país, em que transparecia a existência de uma tendência que fazia apologia a prática de reprovar os alunos, mesmo que isso esteja relacionado a grandes prejuízos para a universalização da educação, já que a evasão de alunos que repetiam várias vezes uma mesma série era alta, dado que os alunos achavam que não eram capazes de fazer aquilo, de passar naquela matéria, o que acabava prejudicando o acesso à educação principalmente nas regiões mais pobres. (RIBEIRO, 1991) Não só em relação a evasão, mas

também são gerados problemas envolvendo superlotação de salas e convivência entre alunos de idades diferentes, o que acaba impactando também na taxa de distorção idade-série e consequentemente a diminuição do índice IDEB e uma maior dificuldade de atingir as metas propostas pelo Ministério da Educação, já que alguns dos pilares necessários para atingir um bom índice, como a aprovação, média de alunos por sala, entre outros, estarão comprometidos. O aumento do IDEB irá sinalizar uma melhora em todo o processo.

Quanto menos alunos são aprovados, mais fica claro que existem falhas no processo de aprendizagem, seja na parte de avaliação dos alunos, ou na parte de auxílio a aprendizagem dos mesmos, indicando que faltam tanto melhores formas de avaliar o desempenho cognitivo do alunado quanto faltam aos professores e as escolas um melhor preparo para trabalhar de forma mais eficiente a deficiência desses alunos. (NUNES, 2010)

Muitos países desenvolvidos não reprovam ou tem medidas restritivas para a quantidade de alunos que podem ser reprovados por cada ano. Por exemplo, em Hong Kong apenas 3% dos alunos de uma turma podem ser reprovados, acima disso uma comissão irá avaliar o porquê de a taxa de reprovação ser maior do que o limite. Já em Cingapura, só é possível reprovar a partir do sexto ano, porque, para o governo de Cingapura, os primeiros anos servem apenas de aprendizagem, não deveriam ser avaliados como os anos subsequentes. (NUNES, 2010). A reprovação ainda é muitas vezes compreendida pelos docentes como forma de punição ao aluno, o que reflete uma falta de políticas voltadas a atualização dos conceitos dos profissionais, além da desconstrução de ideologias antigas e ultrapassadas, que acabam por fazer o profissional parar no tempo. O projeto do Escola 10, que será melhor detalhado a frente, traz essa atualização, já que destina profissionais para o monitoramento e auxílio pedagógico dos professores, o que tende a diminuir a taxa de reprovação na rede, já que a pedagogia tende para um maior índice de aprovação. Dado, é importante analisarmos as taxas relativas a isso para ser possível ter uma noção acerca de se estão ocorrendo atualizações das formas de pensar e trabalhar dos professores.

A taxa de aprovação dos nonos anos do ensino fundamental, na rede de ensino pública estadual do estado de Alagoas, vem crescendo, como é possível identificar no Gráfico 1, o que consequentemente leva a uma esperada diminuição da reprovação.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020, a partir de dados do INEP. (INEP, 2019a)

Observamos no gráfico 1 que taxa no ano de 2011 era de 70% e foi apresentada melhorias todos os anos até chegar a 93,2% em 2019. Esse aumento demonstra a evolução da qualidade do ensino no estado, já que mais alunos estão adquirindo o conhecimento necessário para progredir na sua carreira acadêmica, além de um maior esforço por parte dos profissionais para diminuir o número de reprovados, de modo a focar os trabalhos nas reais dificuldades dos alunos e não na ideia binária de aprovação e reprovação. Também acaba por

influenciar a diminuição da distorção idade-série, na mesma rede estadual de ensino, como pode ser observado no Gráfico 2, já que os alunos estarão seguindo a sequência esperada de estudos. Os dados foram obtidos por meio do Censo Escolar, onde os diretores das escolas cadastram as informações sobre o alunado, e foram reunidos e divulgados pelo INEP em seu site. (INEP, 2021)



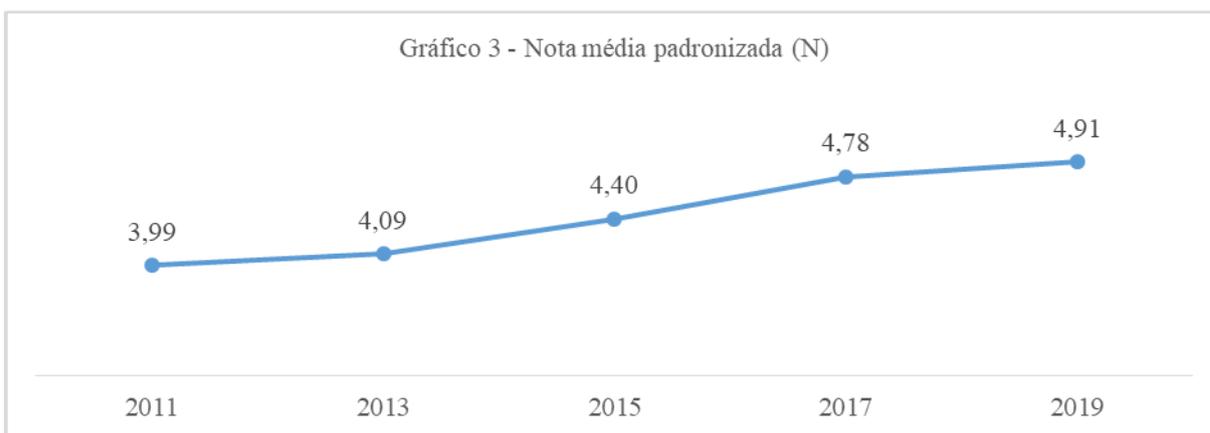
Fonte: Elaborado pela autora, 2020, a partir de dados do INEP. (INEP, 2019a)

Compreender a taxa de distorção idade-série é importante, pois está relacionada a quantidade de alunos que estão com mais de 2 anos de atraso escolar, de acordo com o padrão estabelecido pela lei 9.3494/1996, onde as crianças devem adentrar no primeiro ano do ensino fundamental aos 6 anos de idade e sair do nono ano com 14 anos de idade. (BRASIL, 1996)

A importância de uma taxa de distorção-série baixa é dada pelas altas chances de alunos, que estão em séries não compatíveis com as suas idades, evadirem as escolas, principalmente pela desmotivação de estudar, além de se traduzir na baixa da taxa de evasão e de reprovação, já que os alunos estarão seguindo o fluxo correto da educação, e não abandonando as escolas seja para qualquer finalidade.

A taxa de distorção idade-série nas escolas públicas estaduais vem diminuindo desde 2011, onde era de 47%, e chegou a 32,5% em 2019, tendo as suas maiores diminuições em 2018 e 2019, onde passou respectivamente de 41% para 37%, e de 37% para 32,5%. É possível analisar o decréscimo da taxa em 14,5% no Gráfico 2. O que pode ser justificado por projetos que tanto envolvam a busca ativa pelos alunos, como tornem a experiência escolar mais atrativa para os alunos, de modo que os mesmos queiram continuar estudando, o que leva a diminuição desse índice.

Para prover e evidenciar os dados educacionais, o SAEB é uma das mais importantes avaliações externas do país, sendo utilizada como referência para o desempenho dos alunos e servindo como base para o cálculo do IDEB. A prova SAEB envolve questões padronizadas, por meio da Teoria de Resposta ao Item (TRI) sobre Matemática e Língua Portuguesa, dando a possibilidade de acompanhar a evolução dos alunos a cada edição do exame. As médias dos resultados das disciplinas supracitadas são padronizadas em um indicador que vai de 0 a 10, a chamada nota média padronizada (N), que será posteriormente utilizada no cálculo do IDEB. A melhoria da rede estadual de ensino, nos anos finais, pode ser vista no Gráfico 3. (INEP, 2020b)



Fonte: Elaborado pela autora, 2020, com dados do INEP. (INEP, 2019a)

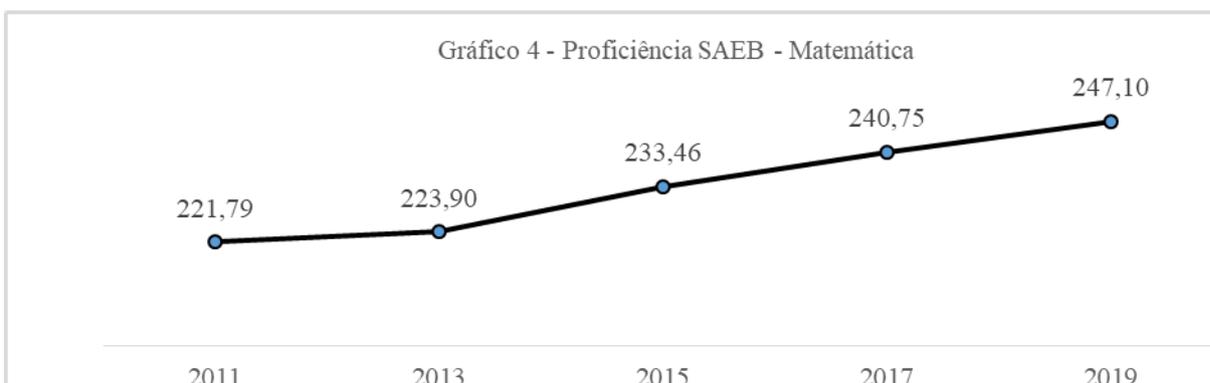
Essa evolução nas notas médias padronizadas é importante tanto para o cálculo do IDEB, já que ela faz parte da equação, quanto para avaliar como os alunos estão se saindo nessas matérias, que são as mais “importantes”, de acordo com o INEP, para a avaliação do conhecimento do aluno.

O cálculo do IDEB se dá por:

$$IDEB_{ji} = N_{ji} * P_{ji} ; 0 \leq N_j, \leq 10; 0 \leq P_j \leq 1 \text{ e } 0 \leq IDEB_j \leq 10.$$

Onde I representa o ano do exame SAEB e do Censo Escolar; N_{ji} representa a média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade de ensino J, obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino; P_{ji} significa o indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade de ensino J.

Os resultados na avaliação de matemática, historicamente uma disciplina na qual o alunado tem maior dificuldade, principalmente nas escolas públicas estaduais, demonstram que existe uma evolução contínua, principalmente a partir de 2015, onde enquanto a diferença da pontuação entre 2011 e 2013 foi de 2 pontos, entre 2013 e 2015 foi de 10 pontos. A taxa de alunos que conseguiram mais de 300 pontos era 3% em 2013, enquanto em 2017 já era de 9%. Pode-se analisar a evolução no Gráfico 4.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020, a partir de dados do INEP. (INEP, 2019a)

Para complementar essa análise dos resultados da proficiência a Tabela 1 apresenta os níveis do SAEB e a porcentagem dos alunos dos anos finais da rede estadual de Alagoas.

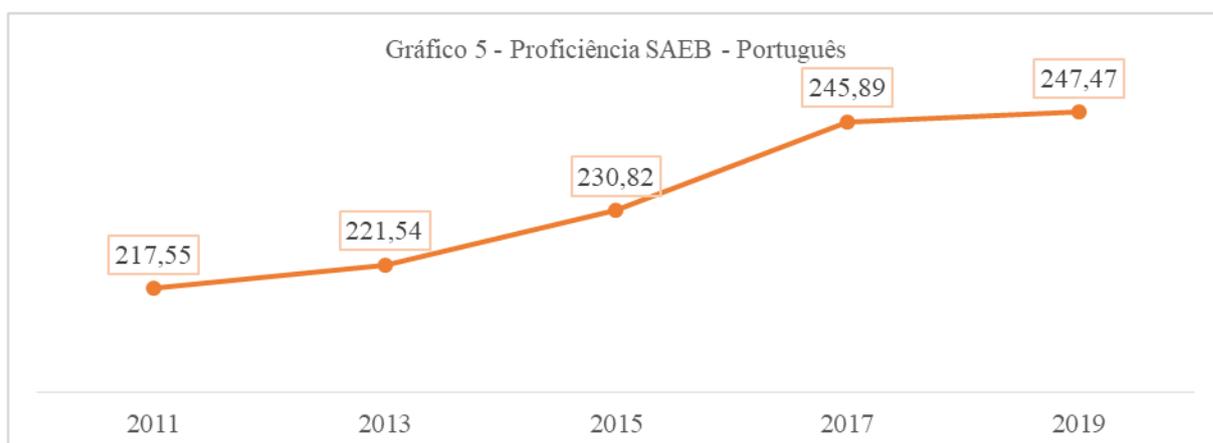
Tabela 1 – Evolução da quantidade de alunos por níveis de proficiência em Matemática

Nível	Notas	Porcentagem 2015	Porcentagem 2017	Porcentagem 2019
Nível 0	0-200	20,38	18,03	15,83
Nível 1	200 – 224	24,05	18,73	15,92
Nível 2	225 – 249	23,3	23,64	20,52
Nível 3	250 – 274	17,82	17,78	20,25
Nível 4	275 – 299	9,44	12,86	15,77
Nível 5	300 – 324	3,82	6,04	7,92
Nível 6	325 – 349	1,01	2,12	2,46
Nível 7	350 – 374	0,17	0,63	0,98
Nível 8	375 – 399	0,01	0,14	0,34
Nível 9	400 – 425	0,01	0,03	0

Fonte: Elaborado pela autora, 2020, a partir de dados do INEP. (INEP, 2019a)

Pode-se observar a evolução dos alunos nos níveis pré-definidos pelo SAEB. Cada nível indica as competências que os alunos tem se chegarem aquele nível. Pode-se observar a evolução no período de 2015 a 2019, da porcentagem de alunos em cada faixa de nota SAEB na matéria de Matemática. A evolução demonstra uma melhora na qualidade da educação, já que os alunos estão obtendo mais competências a cada nível que se passa. Essas competências são a lista de habilidades que os alunos tem em cada nível, onde, quanto maior o nível, mais habilidades naquela disciplina o mesmo irá ter. Quanto mais alunos subindo de nível, melhor e mais específico serão os conhecimentos dele acerca daquela matéria. (INEP, 2019d)

A proficiência em Língua Portuguesa, que tem historicamente um desempenho melhor do que Matemática, também teve uma notória melhora, aumentando mais de 15 pontos entre 2015 e 2017. Em 2013 o topo da escala, os alunos que mais de 275 pontos, eram 11%, já em 2017, foram 26%. A evolução pode ser vista no Gráfico 5.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020, a partir de dados do INEP. (INEP, 2019a)

Na Tabela 2 podemos observar a evolução da porcentagem de alunos, durante os anos de 2015, 2017 e 2019, em cada um dos níveis pré-definidos pelo SAEB. A evolução dos alunos para níveis mais altos indica a melhora na qualidade do ensino de língua portuguesa, já que os alunos estão se tornando cada vez mais capazes de atender a todos os objetivos definidos para cada nível de conhecimento. (INEP, 2019d)

Tabela 2 – Evolução da quantidade de alunos por nível de proficiência em Língua Portuguesa

Nível	Notas	Porcentagem 2015	Porcentagem 2017	Porcentagem 2019
Nível 0	0 -200	25,38	16,79	16,26
Nível 1	200 – 224	19,83	15,82	15,78
Nível 2	225 – 249	21,43	20,41	19,51
Nível 3	250 – 274	16,35	20,42	19,87
Nível 4	275 – 299	10,87	15,28	15,32
Nível 5	300 – 324	4,52	7,87	8,92
Nível 6	325 – 349	1,38	2,56	3,29
Nível 7	350 – 374	0,23	0,86	1,04
Nível 8	375 – 400	0	0	0

Fonte: Elaborado pela autora, 2020, a partir de dados do INEP. (INEP, 2019a)

Resultados positivos, que se equiparem a outros estados com melhor histórico, levam-se tempo para serem atingidos. Políticas públicas voltadas para melhoria dos índices são visadas a médio e longo prazo, dada a natureza de continuidade escolar já supracitada. Leves melhoras nos índices dos anos finais já conseguem sinalizar que estão acontecendo mudanças importantes no processo educacional. Nas mesmas três edições do IDEB que estão sendo avaliadas nesse artigo, os anos iniciais ultrapassaram a meta estabelecida pelo INEP, como podem ser vistas na tabela 3. Esses resultados conseguem demonstrar que existe um trabalho de melhora sendo feito em toda a rede pública estadual de Alagoas, e que ele está começando a dar os frutos, mesmo que o Estado ainda não se compare a “elite” educacional do país, ou seja, os estados com melhores notas, ele está caminhando para uma melhoria.

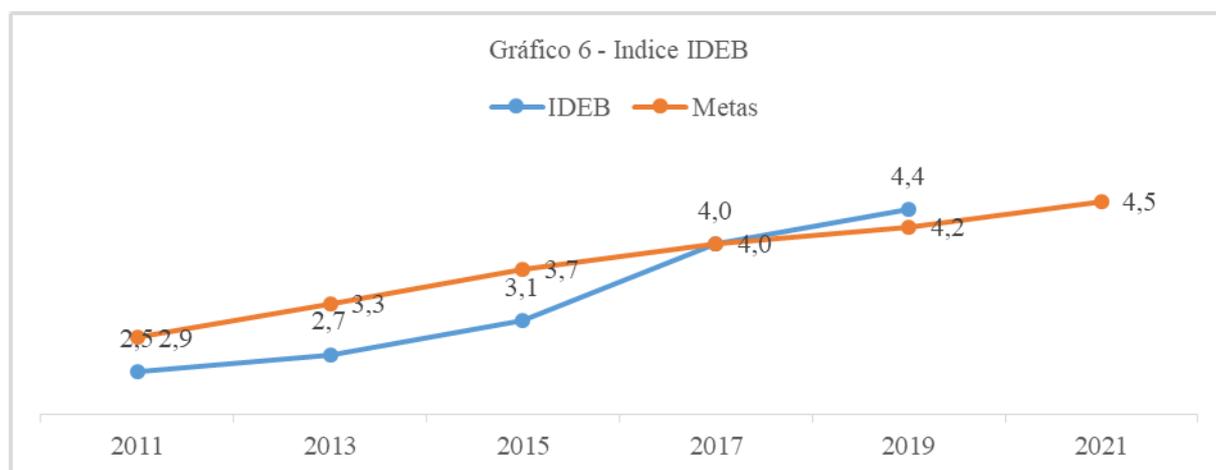
Tabela 3 – Índices IDEB para os Anos Iniciais

Ano	Meta INEP	Nota
2015	3.7	4.3
2017	4.0	4.9
2019	4.3	5.3

Fonte: Elaborado pela autora, 2020, a partir de dados do INEP. (INEP, 2019a)

O IDEB é calculado multiplicando os indicadores de rendimento da taxa de aprovação pela indicadores da nota média padronizada do SAEB que é calculado de tal forma, fazendo com que o índice gerado tenha influência tanto de informações acerca do fluxo escolar, quanto do desempenho do aluno. Por isso, é o principal índice para se avaliar a qualidade da educação como um todo, de maneira que seja o guiador das políticas públicas em todo o país. (CHINIREIA, 2010) Mesmo o INEP não adotando esta medida, dado que não é a intenção do IDEB criar competições entre estados, mas sim cada um poder avaliar seu próprio rendimento, informalmente os estados são ranqueados a partir das suas notas IDEB, e historicamente Alagoas vinha obtendo péssimas colocações.

Em 2011 e 2013 o estado ocupou consecutivamente a última posição do ranking educacional do país, porém, a partir de 2015 começou o processo de melhoria, onde já não mais ficou como a pior educação do país, e continuou a melhora, atingindo a meta do IDEB de 4,0 em 2017 e ultrapassando a meta em 2019, chegando a 4,4, apenas muito próximo da projeção do IDEB para 2021, que é de 4,5. Em 2019 o Estado se tornou o segundo com mais escolas que atingiram as metas do IDEB, com 94%, ficando atrás apenas do Ceará. (INEP, 2020) A evolução pode ser vista no Gráfico 6.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020, a partir de dados do INEP. (INEP, 2019a)

O aumento do índice do IDEB nos últimos anos demonstra que há uma melhoria geral na qualidade da educação do estado de Alagoas, já que para que se possa ter uma melhora tão clara e constante na educação, todos os pilares envolvendo a mesma devem estar em uma evolução síncrona. Com esses resultados, é possível aferir que o trabalho feito com foco nas outras taxas supracitadas neste artigo, vem demonstrando um bom resultado e contribuindo para a melhoria da educação como um todo. Por serem índices das séries finais do ensino fundamental, e dada a natureza contínua dos estudos, pode-se aferir que não só a qualidade dos ensinos dos nonos anos está aumentando, mas também de toda a rede como um todo.

2.1 O PROGRAMA ESCOLA 10

Uma das possíveis hipóteses para a melhoria da educação no estado, que será abordada neste trabalho, envolve a criação da política pública chamada de “Escola 10” pelo governo de Alagoas. O Escola 10, um pacto pela qualidade educacional, começou a ser implementado na rede pública de ensino alagoana em 2015, por meio de uma portaria da SEDUC, de número 4948/2015, e veio a se tornar política pública de Estado em 2018, com a promulgação da lei 8048/2018, em conjunto com a lei 8224/2019 que criou a bonificação por desempenho para os funcionários das escolas que atingirem a nota IDEB estabelecida pela Secretaria de Educação. (SEDUC, 2015) (ALAGOAS, 2018) (ALAGOAS 2019)

O projeto chegou a ser premiado, em 2019, pela organização “Centro de Liderança Pública”, o prêmio de “Excelência em Competitividade” na categoria Boas Práticas. (AGENCIA, 2020)

O programa envolve tanto uma melhora na própria rede estadual de educação, como também na rede municipal por meio de uma parceria com os municípios que aderirem ao mesmo, para que ambas as redes possam crescer em conjunto. A transformação do objetivo em realidade é dada por meio de trabalhos envolvendo alguns dos pilares da qualidade educacional, como a taxa de distorção idade-série, a formação continuada dos professores, apoio a gestão das escolas, entre várias outras ações. Em relação a ajuda para os municípios que fazem adesão ao Programa Escola 10, ela acontece de forma financeira, como o pagamento de bolsas para articuladores de ensino em cada escola municipal, e também por meio do recebimento de materiais didáticos e de acompanhamento pedagógico através da SEDUC, também são feitas formação para os articuladores e professores, além da garantia de participação na avaliação interna, SAVEAL e da participação em outras premiações oferecidas pelo Governo do Estado, de modo que a ajuda tenha foco em três eixos: Formação; avaliação; Pedagogia.

Em relação ao apoio pedagógico, foi instituído dentro da SEDUC, uma rede de “articuladores de ensino”, que seriam alocados nas escolas e nas redes municipais, para trabalharem diretamente nessas redes, fazendo com que o programa não buscasse uma solução geral para todas as comunidades escolares, mas sim trabalhasse cada especificidade e problema daquela unidade escolar e daquela região. O trabalho direto do articulador com os gestores e professores, envolvendo tanto uma formação voltada para trabalharem os dados das avaliações externas e internas, como a resolução de problemas pedagógicos, traz benefícios para o aprendizado do aluno, já que os professores terão o conhecimento de como funciona uma avaliação externa, e de como tratar os resultados das mesmas, como identificar os possíveis gargalos no processo de ensino do aluno, seja dentro da sala de aula, ou no contexto geral, seja por disparidades entre o currículo dado na escola e as avaliações, ou por falta de material didático extra para os mesmos. Esse trabalho feito pelo articulador será focado para resolver uma das grandes dificuldades dos profissionais de educação que trabalham diretamente nas escolas, que é não entender como utilizar os resultados das avaliações externas, nem compreender o que elas requerem dos alunos. Os dados estão disponíveis para serem utilizados, mas falta o conhecimento de utilização dos mesmos, e os articuladores de ensino vem com um trabalho focado nessa dificuldade, de modo a destrinchar tudo que é possível se entender e se fazer com os dados de avaliações como SAEB, PISA, SAVEAL, entre outras. (IVO, 2017)

Esse tipo de ação de regime de colaboração, seja com profissionais atuando no intermédio das redes ou não, não é algo inovador. Batting (2005) e Watts (2006) já falavam sobre regimes de colaborações entre as federações, sejam eles verticais, onde as partes trabalham independentes, ou em casos como o do estado de Alagoas, de forma horizontal com ambas as partes trabalhando em cooperação e por meio de acordos. (BATTING,

2005)(WATTS, 2006) Outros estados já implantaram regimes de colaboração, como os estados do Ceará e do Mato Grosso do Sul. (SEGATTO; ABRUCIO, 2016) De acordo com Chirinea e Brandão (2015):

A avaliação externa é importante, na medida em que informa escolas e sistemas de ensino sobre uma dada realidade para a tomada de decisões; no entanto, é preciso repensar seu escopo e aliá-la a uma autoavaliação institucional e ao diagnóstico das fragilidades, com a perspectiva de articulação entre as esferas macro, meso e micro do processo de avaliação, e o replanejamento de políticas e ações que efetivamente garantam o direito à educação de qualidade. (CHIRINEA e BRANDAO, 2015, p. 479)

Logo, entende-se a importância de um articulador, que tenha uma formação e conhecimento para tal, que faça esse trabalho de diagnóstico e planejamento de ações diretamente com aquela escola, atendendo as particularidades da mesma, de modo a não sobrecarregar o gestor escolar com essa atribuição. Com isso, há a tendência de uma melhora na qualidade educacional, dado que os resultados das avaliações externas serão melhor trabalhados na realidade escolar.

Um dos motivos mais importantes para a construção de um regime de colaboração entre o governo do Estado e as prefeituras municipais é a desigualdade entre as cidades e regiões, e por meio do governo do estado, com apoio financeiro e técnico, municípios que não conseguiriam arcar com os custos de melhorias seja de infraestrutura ou de material didático, além de não ter conhecimento para aplicação de programas federais, ou estaduais, podem ter acesso e apoio para fazerem as mudanças e melhorias que acharem necessárias. Deixarão de estar largados as cegas, e passarão a ter o guia de uma instituição com maior poder financeiro e mais conhecimento. Porém, não funciona só nessa direção, como visto no estado do Ceará, o caminho inverso, a prefeitura ajudando o estado, também pode ocorrer. Prefeitos podem criar soluções e programas para as suas redes que podem ser ampliadas para todo o estado, como aconteceu com o programa de alfabetização, Programa Alfabetização na Idade Certa, PAIC, que foi criado no governo de Cid Gomes enquanto prefeito de Sobral, em 2004, e foi transformado em programa estadual quando o mesmo assumiu o cargo de governador do Estado, em 2007, e posteriormente inspirou o Ministério da Educação a criar o PNAIC, Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa, em 2011, programa de extrema importância para o Ceará e para o país. (CASA CIVIL, 2014).

O compartilhamento de conhecimento é de extrema importância para uma melhora geral na educação do país, de modo a atingir a Meta 5 do Plano Nacional de Educação. (BRASIL, 2014) Na realidade do estado de Alagoas, cerca de 94% dos alunos do Ensino Fundamental 1, do primeiro ao quinto ano, fazem partes das redes de ensino municipais, enquanto a rede estadual suporta do sexto ano até o ensino médio. (QEDU, 2020) Dada a continuidade da educação, é necessário que a base do aluno, desde o primeiro ano escolar do mesmo, seja de qualidade, para que quando o mesmo chegar nas séries mais avançadas, ele não tenha maiores dificuldades. Por isso, é necessária uma melhora em todo o sistema educacional, já que o mesmo está extremamente interligado por meio da continuidade do ensino e dos conhecimentos do aluno. Logo, há a justificativa para a criação de um pacto de adesão entre os municípios e o Estado em prol da educação como um todo, de modo a criar um sentimento de responsabilidade coletiva, com a integração tanto das famílias como dos gestores públicos ao processo educacional.

Os articuladores devem manter o alinhamento daquelas escolas com os pactos da política pública, e os desenvolvimentos das ações das mesmas, e devem ser o elo que liga a Secretaria de Educação e todas as escolas. Por meio do programa Escola 10, os articuladores de ensino recebem uma bolsa de quatrocentos reais para exercerem essa função com

dedicação exclusiva a mesma. Os bolsistas serão avaliados periodicamente para serem assegurados de que estão desempenhando o melhor trabalho. Por estarem na realidade da escola, eles também poderão resolver um antigo problema de ações formativas: falta de acompanhamento dos resultados das ações. De acordo com André (2013), é normal acontecer dos professores não implementarem, seja por não terem entendido a capacitação ministrada, ou apenas não quererem implementar, e pela falta de um atendimento mais especializado e acompanhamento, acaba-se não trazendo resultado nenhum. Com a presença dos articuladores, os professores serão monitorados e terão alguém a disposição para dúvidas sempre que elas existirem, o que é benéfico para um melhor uso dos resultados das avaliações externas. (SEDUC, 2019) (ANDRÉ, 2013) (FONTAIVE, 2013) (BURGOS, 2020)

Coadunando com o artigo 7, parágrafo 2 da lei do Escola 10, também foi criado uma plataforma online chamada “Escola Web”, onde existem materiais para apoio ao professor, sejam eles roteiros de aula, banco de questões, entre vários outros materiais pedagógicos para auxiliar os profissionais durante o exercício da sua função, seja ela na sala de aula, coordenação ou na direção escolar. (ESCOLA WEB, 2020) (ALAGOAS, 2018) Esse material é de conhecimento da comunidade escolar e é apresentado aos professores no seu horário de departamento pelo coordenador pedagógico, que acompanha de perto a utilização desses recursos e discute as necessidades e possíveis formas de uso dos mesmos nas salas de aulas, gerando mais recursos e materiais didáticos para que os professores possam identificar os possíveis problemas com o aprendizado dos seus alunos e poder utilizar a melhor metodologia e os melhores materiais para que aquele discente consiga sobressair as suas dificuldades, analisadas a partir dos resultados das proficiências em Língua Portuguesa e em Matemática. De acordo com Fontanive (2013), uma das propostas que contribuem para os resultados escolares são as utilizações de materiais estruturados pelos docentes, além da criação de dinâmicas de aprendizagem, o que podem servir como base para preparação dos alunos para as avaliações externas, ajudando os profissionais a entenderem melhor os resultados dessas avaliações, o que, de acordo com a autora, pode levar a um desempenho positivo do alunado nessas avaliações. (FONTANIVE, 2013) (BURGOS, 2020)

No artigo 1 da supracitada portaria 4948/2015 da SEDUC, o programa tem como finalidade:

avaliar a qualidade das escolas estaduais no Ensino Fundamental e Médio; fixar metas específicas para a qualidade de ensino de cada unidade escolar que orientem os gestores escolares na tomada de decisões de modo a direcionar as escolas para melhoria dos serviços educacionais que oferecem; ações para a promoção da melhoria da qualidade e da equidade do sistema de ensino na rede estadual. (SEDUC, 2015, pg. 1)

Como já citado anteriormente, quanto as avaliações e ao estabelecimento de metas determinadas pelo programa, elas serão baseadas tanto nos resultados do SAVEAL, a avaliação de nível estadual, realizada periodicamente na rede estadual e nos municípios que aderiram ao Escola 10, a partir desse diagnóstico de todos os alunos, as redes buscam tratar das dificuldades na aprendizagem do aluno que possam intervir no resultado do IDEB. A SEDUC também trabalha definindo metas próprias que podem ser acima das metas dos IDEB para as escolas, dessa forma as escolas e redes são incentivadas através de premiações para ultrapassar a meta do INEP.

Dentre as várias frentes que a Secretaria de Educação do estado de Alagoas trabalha para reverter os índices educacionais, historicamente baixos, de modo a buscar formas para que seus agentes possam contribuir na melhoria educacional, um dos focos importantes é o do papel exercido pelo gestor escolar. Dentro da unidade escolar ele é percebido pelos professores como uma liderança, e a forma de como ele é conduzido a esse cargo, por meio da

eleição democrática, pelo voto da comunidade escolar, não mais por indicação de políticos, legítima ainda mais o trabalho desse profissional. (OLIVEIRA e CARVALHO, 2018) Ele é a peça fundamental para que as mudanças ocorram no chão da escola, é sua liderança e compromisso que fazem com que a comunidade passe a acreditar na educação pública, no ensino público. Sammons (2008) fez um levantamento de onze fatores-chaves para o aumento da eficácia de uma escola, e entre eles estão: liderança profissional; objetos e visões compartilhados; incentivo positivo; monitoramento do progresso. São funções que estão diretamente ligadas ao Gestor Escolar, de modo que o seu desempenho positivo seja de extrema importância para o sucesso da escola. (SAMMONS, 2008). Sammons também cita que:

Quase todos os estudos de eficácia escolar mostram a liderança como fator-chave, tanto na escola primária quanto na secundária. Gray (1990) diz que “a importância da liderança dos diretores é uma das mensagens mais claras da pesquisa em eficácia escolar”. [...] o estudo da literatura revela que três características foram encontradas frequentemente associadas à liderança de sucesso: propósito forte, envolvimento de outros funcionários no processo decisório, e autoridade profissional nos processos de ensino e aprendizagem (SAMMONS, 2008)

Percebemos que o gestor é um agente junto à comunidade que faz acontecer a mobilização, a articulação do planejamento e o acompanhamento das avaliações, o que influencia diretamente no desempenho dos alunos. De acordo com Neto e Castro (2011):

Nesses termos, a gestão democrática tem como eixo fundante a busca pela efetivação da educação como direito social, assim como a universalização do acesso com permanência e qualidade socialmente referenciada. É uma prática político-pedagógica que procura estabelecer mecanismos institucionais capazes de promover a participação qualificada dos agentes educacionais e demais setores interessados na ação educativa, o que requer um engajamento coletivo na formulação das diretrizes escolares, no planejamento das ações, assim como na sua execução e avaliação. (NETO, CASTRO, 2011, p. 754)

E como reconhecimento desse ator tão importante, foi criado no estado o cargo de Gerente Regional, como forma de mostrar a comunidade o trabalho realizado por eles. Antes da criação desse cargo, existia o cargo de Coordenador Regional, que, assim como os de gestores, era selecionado por indicação política, o que não refletia os casos de sucesso daquela região. Porém, os novos Gerentes Regionais são escolhidos a partir de uma seleção entre as três melhores notas do IDEB de cada uma das 13 sub-regiões educacionais de Alagoas, podendo tanto ser da rede municipal quanto da estadual. O Gerente Regional terá a atribuição de fazer o acompanhamento e auxílio pedagógico de todas as escolas da sua regional, colocando em prática as ações que o levaram ao sucesso, de modo a ser o espelho para os gestores escolares daquela região. Dada as atribuições do cargo e uma gratificação financeira, esses gerentes se sentem estimulados a compartilharem os seus conhecimentos e aplicarem a toda região, de modo que a região tenda a crescer na qualidade educacional. (SEDUC, 2021) Não serão os trabalhos do gestor escolar e do gerente regional que irão trazer diretamente as melhorias para a qualidade da educação, mas sim trabalhar a base para que seja possível que os reais agentes, professores e alunos, de fazerem o melhor trabalho possível, de modo com que a qualidade do ensino melhore. (OLIVEIRA e CARVALHO, 2018) (AGENCIA ALAGOAS, 2019)

Quanto a promoção da melhoria da qualidade da educação, o Escola 10 trabalha vários alicerces da educação, que por anos demonstraram resultados ruins, além de um sucateamento da rede de ensino e dos profissionais envolvidos. Alguns dos pontos trabalhados por essa política são: melhora da taxa de distorção idade-série; bonificação por desempenho aos

professores, que de acordo com (FURTADO e SOARES 2018), funciona dado a baixa remuneração dos profissionais da educação, que para atingirem melhores salários, se esforçam na busca de atingir as metas definidas para poderem receber o bônus por desempenho, que chega a dois mil reais em Alagoas; formação continuada; melhora na taxa de aprovação, entre outros. Como já supracitado, são ações que tem uma eficácia já comprovada em estudos acadêmicos, já sendo aplicadas em outras redes de ensino do país, como no Ceará, que tem um programa parecido, chamado Escola Nota 10, no Distrito Federal, que também tem ações voltadas a esses indicadores, além de serem os indicadores bases para o cálculo do IDEB, logo, a partir do momento que esses indicadores bases são trabalhados e melhorados, a tendência do índice IDEB é aumentar, já que não adianta apenas os alunos se saírem bem nas provas, mas também o contexto do fluxo escolar. (ALAGOAS, 2018) (FURTADO e SOARES, 2018) (BROOKE e CUNHA, 2011)

De acordo com o governo do Estado, entre 2017 e 2020, já foram gastos, no programa Escola 10, mais de trinta milhões de reais. Em 2019, foram distribuídos entre os profissionais das escolas que atingiram as metas definidas, mais de 4 milhões de reais. O programa já atendeu a mais de 80 mil alunos da rede pública do estado. (ARNALDO, 2020) (SEDUC, 2020).

Os compromissos postos pelo programa Escola 10 envolviam aumentar o nível das proficiências em matemática e língua portuguesa, aumentar a taxa de aprovação para um mínimo de 95%, aumentar a taxa de participação na Prova Brasil para mais de 90%, dado a importância da quantidade de alunos mínima para a realização e divulgação dos resultados da prova Brasil, além da redução para menos de 5% das taxas de abandono e distorção idade-série. Como a base de cálculo para o IDEB pretende ser melhorada, consequentemente a nota do IDEB tende a aumentar, dado a sua composição SAEB e Censo Escolar. Ou seja, os processos fomentados pelo Escola 10 contribuem significativamente para a melhora dos resultados, já que trabalha de forma quase que direta com os pilares do cálculo, o que pode validar o programa como uma excelente política pública, que deve continuar sendo aplicada e compartilhada entre redes de ensino não só no estado, mas em todo o país. (SEDUC, 2020).

3 CONCLUSÃO

Como visto por Batting (2006), Watting (2015), Chirinea e Brandao (2011), Fontanive (2013), Burgos (2020), políticas públicas voltadas para a melhoria de índices voltados tanto para o Censo Escolar quanto para as avaliações externas são de extrema importância para a melhoria geral da educação em um Estado, consequentemente em todo o país, dada a natureza de cálculo do IDEB, que envolve os dois pesos. Essas políticas públicas devem ser pensadas a longo prazo, dada a necessidade de tempo para que sejam produzidos efeitos provenientes dessas ações, já que o processo educacional leva tempo e muito esforço, tanto por parte dos alunos quanto dos profissionais envolvidos, sejam para modificação da forma como eles trabalham, sejam com especializações, seja apenas puramente o processo de aprendizagem. Portanto, é de extrema importância que os governantes não vejam essas políticas como algo propriamente seu, mas sim como algo da sociedade, envolvendo todas as partes. Torna-se indiscutível a necessidade de transformar políticas como essas em políticas de Estado, não de governo, e compartilhar elas sejam com outras redes no seu próprio estado ou com outros estados, para que assim seja possível todos construírem uma educação melhor.

Políticas voltadas para o Censo Escolar tem sua importância baseada tanto na regulação dos alunos no tempo ideal de aprendizado, como de mantê-los motivados e com vontade de estudar. Taxas de distorção idade-série e de reprovação altas levam os alunos a se sentirem incapazes de aprender, acharem que aquele lugar, que o aprendizado, não é para eles. E esse ideal só é ainda mais martelado na mente desses estudantes por professores que ainda

acham que a reprovação é a forma correta de punir os alunos, mesmo transparecendo uma falta de cuidado e trabalho desse profissional para com esse discente. Manter os alunos na escola motivados, seguindo um tempo ideal de aprendizados, é um dos primeiros passos para se começar a construir uma educação de qualidade.

O segundo peso para o cálculo IDEB, e não menos importante, é a qualidade do ensino e conseqüentemente do desempenho do corpo discente na sala de aula. Essas são políticas públicas complicadas, que devem lidar com vários eixos, desde a formação dos professores, a construção de um material didático base de apoio, até o auxílio dos professores no processo de entendimento dos resultados das provas e avaliações externas. De acordo com Burgos (2020) muitos profissionais se veem resistentes a mudanças na sua forma de ensinar, o que pode dificultar o processo educacional, seja porque o mesmo não desempenha a sua função como deveria, ou porque os seus métodos estão ficando antiquados, e não acompanham as constantes mudanças no mundo. Por isso, são necessárias medidas diretas para que esses profissionais sejam monitorados e se atualizem com frequência, porque eles são os atores principais no processo de aprendizado dos alunos. Sejam ações voltadas a oficinas sobre como lidar com os resultados das avaliações externas, seja mudança no currículo das licenciaturas, sejam uma abordagem mais pessoal e técnica com profissionais especializados nessas áreas, quaisquer que sejam as mudanças, elas têm que acontecer, porque o professor é um dos pilares mais importantes na construção da qualidade da educação.

O programa Escola 10 tem abordagens para quase todos os cenários supracitados nessa seção, com trabalhos relacionados tanto ao Censo Escolar, seja com a busca ativa de alunos, seja com mudanças no processo de reprovação, desde até o apoio pedagógico para os professores e gestores por meio dos articuladores de ensino, o que auxilia esses profissionais a desempenharem o seu trabalho sem se preocuparem tanto com a ideia de terem que eles mesmo se especializarem nas avaliações externas, nas mudanças da Base Nacional Comum Curricular, BNCC, nas metodologias pedagógicas, em qualquer que sejam as áreas, de jeito que os professores tenham que focar apenas no conteúdo e na aula que eles precisam dar para os seus alunos. Os articuladores também servem como forma de monitorar que os projetos criados pela SEDUC estejam sendo cumpridos e adaptados para todas as escolas, fazendo com que haja um crescimento homogêneo em todas as regiões do Estado. É importante ressaltar o papel de protagonismo dado aos gestores escolares pela Secretaria de Educação de Alagoas, dando aos mesmos a autonomia e confiança da comunidade escolar, por meio do fim das indicações políticas e começo das eleições democráticas para gestores, além do processo seletivo para os cargos de Gerentes Regionais, que tem como função espalhar as ideias que os levaram a serem casos de sucesso na rede, por meio do compartilhamento de ideias e informações, além de apoio técnico para todos os outros gestores. Como citado por Neto e Castro (2011), o papel dos gestores, e conseqüentemente dos Gerentes, é de extrema notoriedade, porque eles são os elos que vão dar a base para que os principais atores, professores e alunos, possam ter o melhor para desempenhar suas devidas funções.

Por fim, dado o aumento das taxas de aprovação, a melhora nos índices de Matemática e Língua Portuguesa, a diminuição da taxa de distorção idade-série, e uma melhora do IDEB não só nos anos finais, que eram o alvo do estudo, mas também nos anos iniciais, o que configura uma crescente homogênea no sistema educacional estadual alagoano, e tendo em vista que as ações do programa Escola 10 coincidem em tempo e em ações com esses índices, junto com a comprovação acadêmica dada por autores como Segatto e Abrucio (2016), André (2013), Sammons (2008), Neto e Castro (2011) que as políticas públicas colocadas em prática pelo Escola 10 já tiveram suas eficácias comprovadas em outras redes de ensino, em conjunto com os regimes de colaboração criados com os municípios, pode-se inferir que o Escola 10 tem sido benéfico para a educação alagoana, tanto dando início a uma transformação da realidade

de um estado que já foi dito como o pior ensino do país, como deixando uma base para que a educação do estado de Alagoas possa melhorar cada vez mais.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA ALAGOAS. Alagoas conquista o Prêmio Excelência em Competitividade com o Programa Escola 10. Governo do Estado de Alagoas, 2020. Disponível em: <http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/34202-alagoas-conquista-o-premio-excelencia-em-competitividade-com-o-programa-escola-10>. Acesso em 19 de dez. de 2020.
- ALAGOAS. Lei nº 8048, de 23 de novembro de 2018. Institui o programa escola 10 com a finalidade de garantir os direitos de aprendizagem dos estudantes da educação básica de todas as redes públicas de alagoas, define as diretrizes gerais, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, AL, 26 nov. 2018. p. 01
- ALAGOAS. Lei nº 8224, de 19 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a criação da bonificação por resultados no âmbito da secretaria de estado da educação de alagoas, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, AL, 20 dez 2019. p. 05
- ANDRE, Marli. Políticas de apoio aos docentes em estados e municípios brasileiros: dilemas na formação de professores. Educ. rev., Curitiba, n. 50, p. 35-49, Dec. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602013000400004&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Feb. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602013000400004>.
- ARNALDO, José. CARVALHO, Severino. Governo paga bônus do Ideb aos servidores da Educação nesta sexta-feira (3). Agência Alagoas, 2020. Disponível em: <http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/31956-governo-paga-bonus-do-ideb-aos-servidores-da-educacao-nesta-sexta-feira-3>. Acesso em 19 de dez. de 2020.
- BANTING, K. Canada: nation-building in a federal Welfare State. Construção nacional numa federação de Bem Estar Social In: Obinger, H.; Leibfried, S.; Castles, F. (Eds.). Federalism and the Welfare State: new world and European experiences. New York: Cambridge University, 2005. p. 89-137.
- BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/ na escola. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, 2012.
- BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 de dez. de 1996. p. 27833
- BRASIL. Lei nº 13005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Plano Nacional de Educação, Brasília, DF, 15 fev. 2021.
- BROOKE, Nigel; CUNHA, Maria Amália. A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados. Estudos & Pesquisas Educacionais, São Paulo, v. 2, p. 17-79, 2011. Disponível em: Acesso em 24 set. 2020.
- BURGOS, B M. A AVALIAÇÃO EXTERNA E OS NOVOS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO. Revista Pesquisa e Debate em Educação, Juiz de Fora, MG, v.10, n.1, p.1082 - 1102, jan./jun. 2020.

CASA CIVIL. "O Ceará é campeão em educação. O Ceará respira educação". Governo do Estado do Ceará, 2014. Disponível em: <https://www.casacivil.ce.gov.br/2014/05/20/o-ceara-e-campeao-em-educacao-o-ceara-respira-educacao/>. Acesso em: 8 de fev. de 2021.

CHIRINEA, Andréia Melanda; BRANDAO, Carlos da Fonseca. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. Ensaio: aval.pol.públ.Educ., Rio de Janeiro , v. 23, n. 87, p. 461-484, jun. 2015 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362015000200461&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 fev. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362015000100019>.

CHIRINEA, A. M. O índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) e as dimensões associadas à qualidade da educação na escola pública municipal. 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2010.

EGATTO, CATARINA IANNI; ABRUCIO, FERNANDO LUIZ. A cooperação em uma federação heterogênea: o regime de colaboração na educação em seis estados brasileiros. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro , v. 21, n. 65, p. 411-429, June 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782016000200411&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Feb. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782016216522>.

ESCOLA WEB. ALAGOAS. Página inicial. Disponível em: <https://www.escolaweb.educacao.al.gov.br/>. Acesso em 19 de dez. de 2020.

FONTANIVE, Nilma Santos. A divulgação dos resultados das avaliações dos sistemas escolares: limitações e perspectivas. Ensaio: aval.pol.públ.Educ., Rio de Janeiro , v. 21, n. 78, p. 83-100, Mar. 2013 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362013000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Feb. 2021. Epub July 02, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362013005000005>

FUNDAÇÃO LEMANN. QEDU: Use dados. Transforme a educação, 2020. Página inicial. Disponível em: <https://www.qedu.org.br>. Acesso em: 23 de set. de 2020.

FURTADO, Clayton Sirilo do Valle, e Tufi Machado Soares. Impacto da bonificação educacional em Pernambuco. Estudos em Avaliação Educacional, vol. 29, no 70, abril de 2018, p. 48–76. publicacoes.fcc.org.br, doi:10.18222/ae.v0ix.3940.

IBGE. ALAGOAS. Página inicial. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/al.html>. Acesso em 03 de dez. de 2020.

IVO, Andressa Aita, e Álvaro Moreira Hypolito. “Sistemas de avaliação em larga escala e repercussões em diferentes contextos escolares: limites da padronização gerencialista”. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, vol. 33, no 3, dezembro de 2017, p. 791. DOI.org (Crossref), doi:10.21573/vol33n32017.79308.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, INEP. IDEB - Resultados e Metas, 2020. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br>>. Acesso em: 23 de set. de 2020^a

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INEP, Pagina sobre ideb, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/ideb>. Acesso em: 23 de set. de 2020^b

NETO, Antônio Cabral; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Gestão escolar em instituições de ensino médio: entre a gestão democrática e a gerencial. Educ. Soc., Campinas , v. 32, n. 116, p. 745-770, Sept. 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000300008&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Feb. 2021

NUNES, Ronaldo. Repetência: um erro que se repete a cada ano. Nova Escola, 2010. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1889/repetencia-um-erro-que-se-repete-a-cada-ano>. Acesso em 02 de dez. de 2020.

OLIVEIRA, ANA CRISTINA PRADO DE; CARVALHO, CYNTHIA PAES DE. Gestão escolar, liderança do diretor e resultados educacionais no Brasil. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro , v. 23, e230015, 2018 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100211&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 fev. 2021. Epub 05-Mar-2018. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230015>.

RIBEIRO, Sérgio Costa. A pedagogia da repetência. Estud. av., São Paulo , v. 5, n. 12, p. 07-21, Aug. 1991

SAMMONS, P. As características-chave das escolas eficazes. In: Brooke, N.; Soares, J. F. (Orgs.). Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias. Belo Horizonte: Editora UFMG , 2008. p. 335-392.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, GOVERNO DE ALAGOAS (Brasil). Alagoas. Edital 001/2021. Processo Seletivo para Gerente Regional de Educação. Processo Seletivo para Gerente Regional de Educação, Maceió, ano 1, p. 2, 5 fev. 2021. Disponível em: <http://www.educacao.al.gov.br/aviso/item/17463-edital-001-2021-processo-seletivo-para-gerente-regional-de-educacao>. Acesso em: 10 fev. 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (AL). Secretaria Executiva. Portaria nº 479, de 24 de janeiro de 2019. Institui os procedimentos para a seleção de docentes das Redes Municipais de Ensino de Alagoas para atuar, como bolsista, do Programa Escola 10, exercendo a função de Articulador de Ensino, nas Secretarias Municipais da Educação e nas Escolas das Redes Municipais. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, 25 jan. 2019. Pág. 23

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC) (AL). Escola 10. Disponível em: <http://www.educacao.al.gov.br/projeto/item/1810-escola-10>. Acesso em 19 de dez. de 2020

WATTS, R. L. Origins of cooperative and competitive federalism. Origens do cooperativismo e competitividade federalista In: Greer, S. L. (Ed.). Territory, democracy and justice: regionalism and federalism in western democracies. New York: Palgrave Macmillan , 2006. p. 201-223.

GLOSSÁRIO

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INSE - Indicador do Nível Socioeconômico

PAIC - Programa de Alfabetização na Idade Certa

PISA - Programa Internacional de Avaliação dos Alunos

PNAIC - Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa

SAEB - Sistema de Avaliação do Ensino Básico

SAVEAL - Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas

SEDUC - Secretaria de Estado da Educação

TRI - Teoria de Resposta ao Item